



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

CONTRATO Nº ____/2016

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, ATRAVÉS DA ALOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, COM CONHECIMENTO EM INFORMÁTICA, PARA OPERAR OS EQUIPAMENTOS MECÂNICOS E DIGITAIS, QUE ENTRE SI FAZEM O TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO E A EMPRESA _____.

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

O Tribunal Regional Federal da 2ª Região, inscrito no C.N.P.J. sob o nº 32.243.347/0001-51, com sede na Rua Acre, nº 80, Centro, Rio de Janeiro, representado neste ato por sua **Diretora Geral, Dra. Maria Lúcia Pedroso de Lima Raposo**, doravante denominado simplesmente **CONTRATANTE**, e _____, inscrita no C.N.P.J sob o nº _____ estabelecida na _____, nº ____ – _____ – _____/____, CEP: _____, Tel.: (____) _____, e-mail: _____, a seguir denominado apenas **CONTRATADA**, tendo em vista o constante e decidido no Processo Administrativo nº TRF2-EOF-2016/00184, em consequência do Pregão Eletrônico nº 067/2016, fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto nº 5.450/05, homologado em ____/____/____, através do despacho nº TRF2-DES-2016/_____, lavrado à fl. ____ do processo, FIRMAM o presente Contrato com a finalidade de *prestar serviços gráficos, através da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais*, sujeitas as partes às normas da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:



1 - CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO:

Constitui objeto do presente Contrato a prestação de serviços gráficos, através da alocação de mão de obra especializada, com conhecimento em informática, para operar equipamentos mecânicos e digitais, atendendo, assim, a demanda deste E. Tribunal, EMARF, CCJF, Seções Judiciárias do Rio de Janeiro e do Espírito Santo, conforme especificações contidas no Edital do Pregão Eletrônico nº 067/2016 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII, e na forma estabelecida no presente Contrato.

1.1 - DO EFETIVO:

ITEM	PRESTADORES DE SERVIÇO	QUANTITATIVO
01	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET	02
02	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	02
03	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	01
TOTAL		05

(OBS.: Código SIASG: 24511)

2 - CLÁUSULA SEGUNDA: DAS CARACTERÍSTICAS DOS PRESTADORES DE SERVIÇOS:

2.1 - OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET:

2.1.1 - Perfil profissional: Impressor de Máquina *off-set* com experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.1.2 de, no mínimo, 06 (*seis*) meses.

2.1.2 - Das atribuições:

2.1.2.1 - Efetuar a impressão de publicações e impressos, através de equipamento *off-set* (*HEIDELBERG GTO 52 MONOCOLOR E QUATRO CORES*), inclusive em policromia, sempre observando os perfis de cores previamente definidos na arte final;

2.1.2.2 - Gerar chapas *off-set* em sistema informatizado CTP (*computer to plate*);

2.1.2.3 - Lubrificar e regular os componentes mecânicos dos equipamentos *off-set*, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;

2.1.2.4 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;

2.1.2.5 - Desempenhar quaisquer outras atividades indicadas pelo Contratante.

2.2 - OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO:

2.2.1 - Perfil profissional: Experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.2.2 de, no mínimo, 06 (*seis*) meses.

2.2.2 - Das atribuições:



- 2.2.2.1 - Operar guilhotina elétrica para corte de papéis em formatos padronizados;
- 2.2.2.2 - Picotar, serrilhar, vincar e refilar impressos;
- 2.2.2.3 - Alcear e grampear folhas;
- 2.2.2.4 - Realizar o acabamento de publicações em espiral e *wire-o*;
- 2.2.2.5 - Montar blocos;
- 2.2.2.6 - Colar capas ao miolo de publicações;
- 2.2.2.7 - Lubrificar e regular os equipamentos inerentes ao seu serviço, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;
- 2.2.2.8 - Realizar o acabamento de *banners*;
- 2.2.2.9 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;
- 2.2.2.10 - Desempenhar quaisquer outras atividades indicadas pelo Contratante.

2.3 - OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL:

2.3.1 - Perfil

profissional: Formação de nível superior (Tecnólogo ou curso sequencial) na área de Informática ou *design* gráfico e experiência no exercício das funções relacionadas no subitem 2.3.2 de, no mínimo, 06 (*seis*) meses, excetuando-se o período de estágio.

2.3.2 - Das atribuições:

- 2.3.2.1- Domínio de impressões em equipamentos digitais, de quaisquer características técnicas, tais como: impressora a laser (PB e colorida); fotocopidora (PB e colorida); *plotter* de impressão de pequenos e grandes formatos; *plotter* de recorte, impressora de crachás, impressora a jato de tinta e SISTEMA CTP (*Computer to Plate* de geração de chapas *off-set*);
- 2.3.2.2 - Realizar acabamento de *banners*;
- 2.3.2.3 - Aplicar recortes em vinil;
- 2.3.2.4 - Domínio em manutenção dos referidos equipamentos, no que diz respeito à reposição de tinta, papel, vinil, filme adesivo, PVC e peças de uso comum, que não requeiram preparo técnico específico;
- 2.3.2.5 - Conhecimento em promover saídas de impressão através de ambiente em rede;
- 2.3.2.6 - Conhecimentos em programas específicos, como Corel Draw, *In Design*, Ilustrador, e de uso geral, como *Word*, *Excel*, *PowerPoint* e *Access*;
- 2.3.2.7 - Conhecimento em programas aplicativos citados sobre o ambiente operacional *Windows* conectado em rede local;
- 2.3.2.8 - Domínio dos padrões técnicos utilizados em gráficas, tais como: escala de cores; características de papéis; nomenclaturas aplicadas no ramo gráfico e outros inerentes a essa natureza;
- 2.3.2.9 - Domínio dos procedimentos de gerenciamento e calibração de cores nos diversos periféricos de entrada e saída (monitor de vídeo, impressoras);



- 2.3.2.10 - Domínio de *software* gerador de crachá em PVC;
- 2.3.2.11 - Lubrificar, regular e calibrar os equipamentos inerentes ao seu serviço, bem como indicar a necessidade, quando for o caso, de manutenção corretiva;
- 2.3.2.12 - Manter os equipamentos e o local de trabalho asseados e ordenados;
- 2.3.2.13 - Desempenhar quaisquer outras atividades indicadas pelo Contratante.

3 - CLÁUSULA TERCEIRA: DO REGIME DE EXECUÇÃO:

3.1 - A seleção preliminar dos profissionais será realizada pela Contratada em consonância com o estabelecido na Cláusula Segunda deste Contrato.

3.1.1 - Os profissionais aprovados na seleção mencionada no item anterior deverão ser submetidos, pela Contratada, à avaliação psicotécnica baseada no levantamento do perfil da vaga, a ser realizado junto ao Contratante;

3.1.2 - Em seguida, os profissionais aprovados na etapa mencionada no subitem anterior deverão passar por teste de aferição de conhecimentos específicos e entrevista, realizados pelo Contratante, visando à apresentação de currículo e, posteriormente, à aprovação final.

3.2 - A execução dos serviços será supervisionada pela Divisão de Produção Visual - DPROV (Rua Acre, nº 80, 4º andar, sala 405, Centro, Rio de Janeiro/RJ).

3.3 - A jornada de trabalho será de 08 (*oito*) horas diárias, de segunda a sexta-feira, das 10:00 às 19:00 horas, com intervalo de 01 (*uma*) hora para alimentação.

3.4 - Nos dias em que houver maior demanda de serviço, a carga horária poderá, a critério do Contratante, ser acrescida de horas suplementares, gerando assim o direito ao banco de horas ou à percepção do pagamento de horas-extras proporcionais.

3.5 - A Contratada deverá, sempre que solicitada, providenciar a reposição do profissional que porventura estiver impedido, temporariamente, de comparecer ao local da prestação do serviço.

3.6 - A Contratada deverá promover a substituição do profissional que estiver impedido, definitivamente, de comparecer ao local dos serviços ou que não apresente, na prática, o perfil desejado ou não corresponda ao nível de produção necessário, segundo avaliação do gestor do Contrato.

4 - CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.1 - Reparar, ou quando isto for impossível, indenizar quaisquer perdas e danos, pessoais ou materiais, em virtude de culpa ou dolo, decorrentes da execução deste Contrato, de sua responsabilidade ou de seus prepostos, ainda que tão-somente objetiva, desde que sobrevenham em prejuízo do Contratante ou de terceiros, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis;



4.2 - Selecionar profissionais especializados para a execução dos serviços, com vista à obtenção de excelente nível de qualidade.

4.3 - Exercer controle sobre a assiduidade e a pontualidade de seus empregados.

4.4 - Permitir que seus empregados sejam vistoriados pela Segurança Interna, quando prestando serviços nas dependências do Contratante.

4.5 - Afastar ou substituir, por recomendação do Contratante, qualquer empregado que, comprovadamente, causar embaraço à boa execução do serviço.

4.6 - Os empregados da Contratada, quando prestando serviços nas instalações do Contratante, estarão sujeitos às suas normas disciplinares, mas em nenhuma hipótese terão vínculo empregatício com o mesmo, pois que manterão contrato de trabalho com a Contratada, a qual, como tal, responderá sempre única e exclusivamente perante as repartições respectivas, por todos os tributos, encargos sociais e trabalhistas, bem como assumirá integral responsabilidade por quaisquer danos causados por seus empregados ao Contratante ou a terceiros, durante ou em consequência da execução dos serviços contratados, mesmo que praticados involuntariamente, o que propiciará o desconto do valor correspondente no faturamento do mês subsequente, sem prejuízo das medidas judiciais cabíveis.

4.7 - Manter seus empregados alocados na execução do serviço ora contratado, em situação empregatícia regular e legal. O Contratante se reserva o direito de, a qualquer tempo, sempre que julgar conveniente, exigir esta comprovação.

4.8 - Manter o Contratante a salvo de quaisquer queixas, reivindicações ou reclamações de seus empregados e/ou prepostos e/ou terceiros, em decorrência do cumprimento do Contrato.

4.9 - Permitir o livre exercício da fiscalização pelo Contratante.

4.10 - Refazer todo e qualquer serviço não aprovado pelo Contratante, sem qualquer ônus para o mesmo.

4.11 - Manter, durante a execução do Contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, inclusive aquelas relativas às especificações, sob pena de rescisão contratual.

4.12 - A Contratada deverá cientificar a seus empregados a observância obrigatória ao Código de Conduta, nos termos da Resolução nº 147, de 15/04/2011, do Conselho da Justiça Federal, e da Portaria nº CF-POR-2012/00116, de 11/05/2012.

4.13 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de Contrato de prestação de serviços com empresa que venha a contratar empregados que sejam cônjuges, companheiros ou parentes, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção e de assessoramento, de membros ou juízes vinculados ao respectivo Tribunal contratante, conforme Resolução nº 9 de 06/12/2005 do Conselho Nacional de Justiça.

4.13.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante declaração de todos os empregados da Contratada alocadas na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo V do Edital do Pregão Eletrônico nº 67/2016.



4.14 - É vedada a manutenção, aditamento ou prorrogação de contrato de prestação de serviços com empresa que tenha entre seus empregados colocados à disposição dos Tribunais para o exercício de funções de chefia, pessoas que incidam na vedação dos artigos 1º e 2º, conforme Resolução nº 156 de 08/08/2012 do Conselho Nacional de Justiça.

4.14.1 - A comprovação de que trata o subitem anterior será feita mediante declaração prestada pelo empregado da Contratada, no exercício de cargo/função de chefia, alocado na prestação dos serviços, conforme modelo constante do Anexo IV do Edital do Pregão Eletrônico nº 67/2016;

4.15 - O prazo para apresentação das certidões mencionadas nos subitens anteriores é de, no máximo, 30 (*trinta*) dias, contado do 1º dia útil subsequente à data de assinatura do Contrato.

4.16 - A Contratada fornecerá a seus empregados, mensalmente, auxílio alimentação, no primeiro dia útil do mês, em quantidade correspondente ao total de dias úteis do mês em que serão utilizados. O valor do benefício deverá corresponder, no mínimo, ao valor estabelecido pelas Convenções Coletivas de Trabalho firmadas pelo Sindicato dos Trabalhadores das Indústrias Gráficas do Município do Rio de Janeiro para as respectivas categorias. É facultado à Contratada o fornecimento em espécie, conforme Cláusula Sexta da Convenção Coletiva de Trabalho.

4.17 - A Contratada se obriga a fornecer vales-transportes em quantidade necessária ao deslocamento do beneficiário no seu trajeto residência X trabalho e vice-versa (Lei nº 7.418, de 16.12.85 e Decreto nº 95.247, de 17.11.87), os quais deverão atender integralmente às necessidades dos empregados;

4.17.1 - Neste caso poderá ser utilizado, uma vez que atenda as necessidades do empregado, o Bilhete Único (Lei 5.628 de 29/12/2009 e Lei 5.211 de 1º/07/2010).

4.17.2 - A Contratada se obriga a fornecer os vales-transportes no último dia útil do mês anterior àquele em que serão utilizados.

4.18 - A Contratada deverá encaminhar, mensalmente, cópia do recibo referente à entrega dos vales-refeição e dos vales-transporte, com as respectivas assinaturas dos empregados.

4.19 - Dispor-se a toda e qualquer fiscalização do Contratante, no tocante aos serviços a serem executados, assim como às suas obrigações, sendo que a ausência de fiscalização do Contratante não eximirá a Contratada das responsabilidades previstas neste Contrato.

5 - CLÁUSULA QUINTA: DO PREÇO, DA REPACTUAÇÃO, DO PAGAMENTO E DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

5.1 - DO PREÇO:

5.1.1 - Os valores unitários dos prestadores de serviços são os seguintes:

ITEM 01 – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
Efetivo	02



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

		n1	n2
Nº Processo		TRF2-EOF-2016/00184	
Licitação Nº		067/2016	
Módulo 01 - Composição da Remuneração			
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base		
B	Adicional de periculosidade		
C	Adicional de insalubridade		
D	Adicional noturno		
E	Hora Noturna adicional		
F	Adicional de hora extra		
G	Intervalo interjornada		
H	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 02 - Benefícios mensais e diários:			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)		
C	Assistência médica e familiar		
D	Auxílio creche		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
F	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 03 - Insumos Diversos			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			VALOR (R\$)
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	EPI		
E	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		PERCENTUAL (%)	VALOR R\$
A	INSS	20,00	
B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário educação	2,50	

Contrato nº ____/2016 – Empresa contratada (ams)

MINUTA

Pág. 7



Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
 Documento Nº: 1738006.17193617-5294 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2EOF201600184V01

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

F	FGTS	8,00	
G	Risco Ambiental do Trabalho	3,00	
H	SEBRAE	0,60	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		36,80	
Submódulo 4.2 - 13º Salário		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal:		12,12	
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,46	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		16,58	
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		0,04	
Submódulo 4.4 - Rescisão		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,71	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS – rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		7,47	
Submódulo 4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)		
Subtotal:		11,62	
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,27	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		15,89	
Quadro Resumo - Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	36,80	
4.2	13º salário + adicional de férias	16,58	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo da rescisão	7,47	

Contrato nº ____/2016 – Empresa contratada (ams)

MINUTTA

Pág. 8



Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
 Documento Nº: 1738006.17193617-5294 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2EOF201600184V01

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,89	
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		76,78	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 - Custos Indiretos, tributos e lucro			
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Tributos		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS	5,00	
C	Lucro	6,79	
TOTAL			

TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET	
Descrição	PREÇO (R\$)
I - Composição da Remuneração	
II - Benefícios Mensais e Diários	
III - Insumos Diversos	
IV - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (I+II+III+IV)	
V - Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO:	

ITEM 02 – OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
Efetivo	02	
	n1	n2
Nº Processo	TRF2-EOF-2016/00184	
Licitação Nº	067/2016	
Módulo 01 - Composição da Remuneração		
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO		
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora Noturna adicional	
F	Adicional de hora extra	

Contrato nº ____/2016 – Empresa contratada (ams)

MINUTA

Pág. 9



Autenticado digitalmente por NADIA MARIA DA CUNHA GALVAO.
Documento Nº: 1738006.17193617-5294 - consulta à autenticidade em
<https://siga.jfrj.jus.br/sigaex/autenticar.action>



TRF2EOF201600184V01

PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

G	Intervalo interjornada	
H	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		
Módulo 02 - Benefícios mensais e diários:		
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		
Módulo 03 - Insumos Diversos		
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:		VALOR (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	EPI	
E	Outros (especificar)	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		
Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas		
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		PERCENTUAL (%)
A	INSS	20,00
B	SESI ou SESC	1,50
C	SENAI ou SENAC	1,00
D	INCRA	0,20
E	Salário educação	2,50
F	FGTS	8,00
G	Risco Ambiental do Trabalho	3,00
H	SEBRAE	0,60
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		36,80
Submódulo 4.2 - 13º Salário		PERCENTUAL (%)
A	13º Salário	9,09
B	Adicional de Férias	3,03
Subtotal:		12,12
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,46
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		16,58
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		PERCENTUAL (%)
A	Afastamento maternidade	0,03



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		0,04	
Submódulo 4.4 - Rescisão		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,71	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS – rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		7,47	
Submódulo 4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)		
Subtotal:		11,62	
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,27	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		15,89	
Quadro Resumo - Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	36,80	
4.2	13º salário + adicional de férias	16,58	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo da rescisão	7,47	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,89	
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		76,78	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 - Custos Indiretos, tributos e lucro			
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Tributos		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS	5,00	
C	Lucro	6,79	



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

TOTAL		
-------	--	--

TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	
Descrição	PREÇO (R\$)
I - Composição da Remuneração	
II - Benefícios Mensais e Diários	
III - Insumos Diversos	
IV - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (I+II+III+IV)	
V - Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO:	

ITEM 03 – OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL:

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
Efetivo		01	
		n1	n2
Nº Processo		TRF2-EOF-2016/00184	
Licitação Nº		067/2016	
Módulo 01 - Composição da Remuneração			
Categoria Profissional: OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			Valor Unitário Mensal (R\$)
A	Salário base		
B	Adicional de periculosidade		
C	Adicional de insalubridade		
D	Adicional noturno		
E	Hora Noturna adicional		
F	Adicional de hora extra		
G	Intervalo interjornada		
H	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 02 - Benefícios mensais e diários:			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			VALOR (R\$)
A	Transporte		
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)		
C	Assistência médica e familiar		
D	Auxílio creche		
E	Seguro de vida, invalidez e funeral		
F	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

Módulo 03 - Insumos Diversos			
COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO:			VALOR (R\$)
A	Uniformes		
B	Materiais		
C	Equipamentos		
D	EPI		
E	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:			
Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS		PERCENTUAL (%)	VALOR R\$
A	INSS	20,00	
B	SESI ou SESC	1,50	
C	SENAI ou SENAC	1,00	
D	INCRA	0,20	
E	Salário educação	2,50	
F	FGTS	8,00	
G	Risco Ambiental do Trabalho	3,00	
H	SEBRAE	0,60	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		36,80	
Submódulo 4.2 - 13º Salário		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	13º Salário	9,09	
B	Adicional de Férias	3,03	
Subtotal:		12,12	
C	Incidência do submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	4,46	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		16,58	
Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	0,03	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	0,01	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		0,04	
Submódulo 4.4 - Rescisão		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	0,42	
B	Incidência do FGTS sobre aviso prévio indenizado	0,03	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	0,0001	
D	Aviso prévio trabalhado	1,94	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	0,71	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	0,01	
G	Multa do FGTS – rescisão sem justa causa (50%)	4,36	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		7,47	
Submódulo 4.5 - Custo de reposição do profissional ausente		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

A	Férias	9,09	
B	Ausência por doença	1,66	
C	Licença paternidade	0,02	
D	Ausências legais	0,82	
E	Ausência por Acidente de trabalho	0,03	
F	Outros (especificar)		
Subtotal:		11,62	
G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição	4,27	
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		15,89	
Quadro Resumo - Módulo 04 - Encargos Sociais e Trabalhistas			
Encargos Sociais e Trabalhistas		PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
4.1	Encargos sociais e FGTS	36,80	
4.2	13º salário + adicional de férias	16,58	
4.3	Afastamento maternidade	0,04	
4.4	Custo da rescisão	7,47	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	15,89	
4.6	Outros (especificar)		
TOTAL DA REMUNERAÇÃO:		76,78	
(MT) Custo total da planilha para efeito de cálculo dos módulos 05 (M1+M2+M3+M4)			
Módulo 05 - Custos Indiretos, tributos e lucro			
	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	PERCENTUAL (%)	VALOR (R\$)
A	Custos indiretos		
B	Tributos		
	C1. PIS		
	C2. COFINS		
	C3. ISS	5,00	
C	Lucro	6,79	
TOTAL			

TOTAIS DA CATEGORIA PROFISSIONAL - OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	
Descrição	PREÇO (R\$)
I - Composição da Remuneração	
II - Benefícios Mensais e Diários	
III - Insumos Diversos	
IV - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (I+II+III+IV)	
V - Custos indiretos, tributos e lucro	
VALOR TOTAL POR EMPREGADO:	



TOTAIS (ITEM 01 + ITEM 02 + ITEM 03)				
ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	EFETIVO	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
01	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET	02		
02	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO	02		
03	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL	01		
VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO:				
VALOR GLOBAL DO CONTRATO:				

5.1.2 - Hora extra para cada profissional:

ITEM	CATEGORIA PROFISSIONAL	VALOR DA HORA EXTRA (R\$)	
		50%	100%
01	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO OFF-SET		
02	OFICIAL GRÁFICO DE MONTAGEM E ACABAMENTO		
03	OFICIAL GRÁFICO DE IMPRESSÃO DIGITAL		

5.1.3 - O valor MENSAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

5.1.4 - O valor GLOBAL ESTIMADO deste Contrato é de R\$ _____
(_____);

5.1.5 - Os valores de hora extra, discriminados no subitem 5.1.2, não integram as Planilhas de Formação de Preços, bem como os valores mensal e global estimados, estipulados, respectivamente, nos subitens 5.1.1, 5.1.3 e 5.1.4 deste Contrato;

5.1.6 - Nos preços oferecidos pela Contratada já estão incluídos a incidência tributária e demais encargos, como materiais, mão de obra, equipamentos, licenças, impostos, taxas, emolumentos, transportes, embalagens, seguro, enfim todos os custos indispensáveis ao perfeito cumprimento do objeto contratado.

5.2 - DA REPACTUAÇÃO:

5.2.1 - É admitida repactuação dos preços do Contrato, desde que seja observado o interregno mínimo de 01 (um) ano.

5.2.1.1 - O interregno mínimo de 01 (um) ano para a primeira repactuação será contado, em relação aos custos com a execução de serviços decorrentes do mercado, tais como materiais e equipamentos, a partir da data limite para a apresentação da proposta, ou da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos;



a) Os preços da mão de obra serão repactuados em decorrência de alterações nas Convenções ou Acordos Coletivos, ou na legislação trabalhistas e previdenciária;

a.1) Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas-base diferenciadas, a repactuação poderá ser dividida em tantas quanto forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação, respeitado o interregno mínimo fixado no subitem anterior;

a.2) Se não houver sindicatos ou conselhos de classe instituídos, cabe à Contratada comprovar a variação do salário de seus empregados, sem prejuízo do necessário exame, pelo Contratante, da pertinência das informações prestadas.

5.2.2 - Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de 01 (um) ano será contado a partir da data do fato gerador que deu ensejo à última repactuação.

5.2.3 - As repactuações a que a Contratada fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do Contrato serão objeto de preclusão com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do Contrato.

5.2.4 - As repactuações serão precedidas de solicitação da Contratada, acompanhada de demonstração analítica da alteração dos custos, por meio de apresentação das planilhas de custos e formação de preços, de novo acordo ou convenção coletiva ou dissídio coletivo da categoria que fundamenta a repactuação, e, se for o caso, dos documentos indispensáveis à comprovação da alteração dos preços de mercado em cada um dos itens da planilha a serem alterados.

5.2.5 - É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de condições ou benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

5.2.6 - Quando da solicitação, a repactuação somente será concedida, considerando-se:

5.2.6.1 - os preços praticados no mercado ou em outros contratos do Contratante;

5.2.6.2 - as particularidades do Contrato em vigência;

5.2.6.3 - o novo acordo ou convenção coletiva das categorias profissionais;

5.2.6.4 - a nova planilha com a variação dos custos apresentada;

5.2.6.5 - indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;

5.2.6.6 - a disponibilidade orçamentária do Contratante.

5.2.7 - O Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.



5.2.8 - Os novos valores contratuais decorrentes da repactuação terão suas vigências iniciadas:

- 5.2.8.1 - a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- 5.2.8.2 - em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras;
- 5.2.8.3 - em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, convenção ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

5.2.9 - Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

5.3 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:

5.3.1 - Os pagamentos serão efetuados **mensalmente**, através de ordem bancária e depósito em conta corrente, indicada pela Contratada, à vista do documento fiscal por ela apresentado, devidamente atestado pelo gestor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução do Contrato, em até 10 (*dez*) dias úteis, contados a partir da data da emissão do referido atesto, **sendo efetuada a retenção na fonte dos tributos e contribuições elencadas nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as legislações e instruções normativas vigentes.**

5.3.1.1 - No caso de prestação dos serviços descritos nos itens previstos no inciso XX do art. 14 da Lei Municipal nº 691/84, alterada pela Lei nº 3.691/03, a Contratada não localizada no Município do Rio de Janeiro estará sujeita, no ato do pagamento, à retenção do ISS – Imposto sobre Serviço de qualquer natureza;

5.3.1.2 - Para fins de identificação da situação prevista no subitem 5.3.1.1, a Contratada deverá informar, em campo próprio do documento fiscal de cobrança, o código e a descrição do serviço prestado.

5.3.2 - Os documentos fiscais deverão ser entregues no Núcleo de Compras (NUCOMP) do Contratante, situado na Rua Dom Gerardo, 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro, de segunda a sexta-feira, no horário das 12:00 às 17:00 horas, devendo também ser enviados eletronicamente ao e-mail dicom@trf2.jus.br, em 02 (*duas*) vias, acompanhados das seguintes peças:

5.3.2.1 - Folha de pagamento de pessoal, do mês de realização dos serviços, referente aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante;

5.3.2.2 - Comprovante de recolhimento de encargos sociais (INSS, FGTS, Impostos Sindicais, PIS) relativos ao mês imediatamente anterior, e de outros descontos consignados na folha do mês, referentes aos empregados colocados



à disposição do Contratante;

5.3.2.3 - A folha de pagamento deverá corresponder exatamente à frequência dos empregados, controlada pelo Contratante, através de folha de ponto, não sendo pago à Contratada o valor relativo aos dias não trabalhados pelos empregados, bem como os encargos que venham a incidir sobre esse valor;

5.3.2.4 - Cópia do Protocolo de Envio de Arquivos, emitido pela Conectividade Social (GFIP);

5.3.2.5 - Cópia da Relação dos Trabalhadores Constantes do Arquivo SEFIP.

5.3.2.6 - Comprovantes de entrega de vale-transporte aos empregados da Contratada que estejam prestando serviços nas dependências do Contratante, correspondente ao mês do documento fiscal;

5.3.2.7 – Comprovantes de entrega de auxílio-alimentação dos empregados, correspondentes ao mês do documento fiscal.

5.3.3 - Serão descontadas, proporcionalmente, do valor total mensal contratado, as faltas indicadas pela fiscalização, quando do atesto do documento fiscal, sem prejuízo das demais sanções administrativas disciplinadas neste Contrato.

5.3.4 - Para fins do disposto no subitem 5.3.1 considerar-se-á como sendo a data do pagamento a da emissão da ordem bancária.

5.3.5 - Considerando tratar-se de contratação de serviços mediante cessão de mão de obra, conforme previsto no art. 31 da Lei nº 8.212, de 24/07/1991 e alterações e nos artigos 112, 115, 117 e 118, da Instrução Normativa - RFB nº 971, de 13/11/2009 e alterações, a **Contratada Microempresa - ME ou Empresa de Pequeno Porte - EPP optante pelo Simples Nacional** não poderá se beneficiar da condição de optante e estará sujeita à retenção na fonte de tributos e contribuições sociais, na forma da legislação em vigor, **em decorrência da sua exclusão obrigatória do Simples Nacional a contar no mês seguinte ao da contratação** em consequência do que dispõem o art. 17, inciso XI, art. 30, inciso II e art. 31, inciso II, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.

5.3.5.1 - A **Contratada optante pelo Simples Nacional, no prazo de 20 (vinte) dias**, contado da data da assinatura do Contrato, deverá apresentar cópia dos ofícios, com comprovantes de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra (situação que gera vedação à opção pro tal regime tributário) às respectivas Secretarias Federal, Estadual, Distrital e/ ou Municipal, no prazo previsto no inciso II do §1º do artigo 30 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações;

5.3.5.2 - Caso a **Contratada optante pelo Simples Nacional** não efetue a comunicação no prazo estabelecido na subcondição anterior, o Contratante, em obediência ao princípio da probidade administrativa, efetuará a comunicação à Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, para que esta efetue a exclusão de ofício, conforme disposto no inciso I do artigo 29 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações.



5.3.6 - A vedação estabelecida na condição estabelecida no subitem anterior não se aplica às atividades de que trata o art. 18, § 5º-C, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, conforme dispõe o art. 18, § 5º H, da mesma Lei Complementar, **desde que não exercidas cumulativamente com atividades vedadas.**

5.3.7 – A Contratada que se enquadre na hipótese de isenção ou de não retenção de tributos e contribuições deverão comprovar tal situação no ato de entrega do documento fiscal.

5.3.8 - A Contratada deverá manter, durante toda a vigência do Contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na presente contratação, sob pena de rescisão contratual, execução da garantia, além da aplicação das penalidades contratualmente previstas, conforme Acórdão nº 964/2012 do Plenário do Tribunal de Contas da União.

5.3.8.1 - A manutenção das condições de habilitação e qualificação mencionadas no subitem anterior será verificada quando da realização de cada pagamento.

5.3.9 - O documento fiscal que for apresentado com erro será devolvido à Contratada para retificação e reapresentação, acrescentando-se, no prazo fixado no subitem 5.3.1, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.

5.3.10 - No primeiro e no último mês de vigência do Contrato, os valores serão rateados à base de 1/30 (*um trinta avos*) por dia, do valor mensal.

5.4 - DO RECOLHIMENTO DE ENCARGOS TRABALHISTAS:

5.4.1 - Será retido do pagamento mensal da Contratada e depositado na Caixa Econômica Federal – CEF o somatório dos valores das rubricas relativas a:

5.4.1.1 - Férias;

5.4.1.2 - 1/3 constitucional;

5.4.1.3 - 13º Salário;

5.4.1.4 - Multa do FGTS por dispensa sem justa causa;

5.4.1.5 - Incidência dos encargos previdenciários e FGTS sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário.

5.4.2 - Os valores das rubricas serão obtidos pela aplicação dos percentuais abaixo discriminados:

Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Submódulo 4.1 da IN 02/2008 – MPOG	34,30%	39,80%	28,50%	34,00%
RAT	0,50%	6,00%	0,50%	6,00%
13º Salário	9,09	9,09	9,09	9,09
Férias	9,09	9,09	9,09	9,09
1/3 constitucional	3,03	3,03	3,03	3,03
Subtotal	21,21	21,21	21,21	21,21



Percentuais para contingenciamento de encargos trabalhistas a serem aplicados sobre documentos fiscais conforme Resoluções nº 169/2013 e 183/2013-CNJ e IN nº 01/2016-CJF				
Título	Variação RAT ajustado 0,50% a 6,00%			
	Empresas		Simples	
Grupo A	Mínimo	Máximo	Mínimo	Máximo
Incidência do Grupo A (*)	7,28	8,44	6,04	7,21
Multa do FGTS	4,36	4,36	4,36	4,36
Encargos a contingenciar	32,85	34,01	31,61	32,78
Taxa de conta-depósito vinculada, conforme inciso IV, art. 3º da IN 01/2016-CJF (**)				
Total a contingenciar				

Obs.: (*) - A incidência recai sobre as verbas de 13º salário, férias e 1/3 constitucional, variando de acordo com o RAT ajustado da Contratada;

(**) - Caso o contrato firmado entre a empresa e o banco oficial tenha previsão de desconto da taxa de abertura e manutenção diretamente na conta-depósito vinculada, esse valor deverá ser retido da fatura e devolvido à conta-depósito vinculada, nos termos do inciso VIII do art. 17 da Resolução CNJ nº 169/2013.

5.4.3 - Os valores das rubricas indicadas no subitem 5.4.1 serão glosados do valor mensal do Contrato e depositados exclusivamente na CEF, em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

5.4.3.1 - Caso a CEF promova desconto diretamente na conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação, os valores relativos às despesas com cobrança de abertura e manutenção da referida conta-depósito serão glosados do valor mensal do Contrato, e deixarão de compor o valor do pagamento mensal à Contratada.

5.4.4 - Os depósitos serão efetivados em conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – aberta em nome da Contratada e por Contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente mediante autorização do Contratante.

5.4.5 - A Contratada deverá providenciar, no prazo de 20 (vinte) dias, contados da notificação do Contratante, a assinatura dos documentos de abertura da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - e de Termo específico junto à CEF, que permita ao Contratante ter acesso aos saldos e extratos, e vincule a movimentação dos valores depositados à autorização do Contratante, conforme indicado no referido Termo.

5.4.6 - Ocorrendo o descumprimento do prazo estipulado no subitem anterior, o Contratante oficiará à Contratada, comunicando-lhe a data limite para cumprir a obrigação. Permanecendo o descumprimento, fica a Contratada sujeita à aplicação da multa moratória de que trata o item 7.4 do presente Contrato.

5.4.7 - Os saldos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação – serão remunerados diariamente pelo índice da poupança ou por outro definido, conforme Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF, sempre escolhido o de maior rentabilidade.

5.4.8 - A abertura e manutenção da conta-depósito vinculada serão isentas de tarifas bancárias, conforme consta do Acordo de Cooperação Técnica celebrado entre o Contratante e a CEF.



5.4.9 - Durante a execução do Contrato, a Contratada poderá solicitar autorização do Contratante para:

5.4.9.1 - resgatar da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - os valores despendidos com o pagamento de verbas trabalhistas e previdenciárias contempladas nas mesmas rubricas indicadas no subitem 5.4.1, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: comprovante de férias (aviso e recibo), folha de pagamento de 13º salário, com o respectivo comprovante de depósito em conta-corrente dos empregados;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado com mais de 01 (um) ano de serviço: termo de rescisão de contrato de trabalho (TRCT) devidamente homologado pelo sindicato e com a comprovação de depósito em conta-corrente dos empregados, observando o disposto no artigo 477 da CLT, bem como a Portaria do MTE n. 1.057, de 6/7/2012, e comprovante dos depósitos do INSS e do FGTS, este último acompanhado do comprovante de pagamento da respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada e comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

5.4.9.2 - movimentar os recursos da conta-depósito vinculada – bloqueada para movimentação - diretamente para a conta-corrente dos empregados, exclusivamente para as verbas trabalhistas contempladas nas rubricas do artigo 4º da Resolução CNJ nº 169/2013, desde que comprove, documentalmente, tratar-se de empregados alocados nas dependências do Contratante, e que apresente:

- a) no caso de fato ocorrido durante a vigência do contrato de trabalho do empregado: aviso de férias e espelho da folha de pagamento do 13º salário;
- b) no caso de rescisão do contrato de trabalho do empregado: Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho (TRCT) e guia de recolhimento com o valor do FGTS e sua respectiva multa;
- c) no caso de rescisão contratual entre o Contratante e a Contratada, sem dispensa dos empregados: declaração contendo informação de que os mesmos continuarão prestando serviços à Contratada, comprovante de regularidade de depósitos do INSS e FGTS.

5.4.9.3 - Nas hipóteses no subitem 5.4.9.2, a Contratada deverá apresentar o comprovante de quitação das verbas trabalhistas (recibo de férias, 1/3 e 13º e TRCT homologados, quando for o caso), no prazo máximo de 10 (dez) dias,



contado da data do pagamento ou da homologação pelo sindicato, observado o disposto na Portaria do MTE n. 1.057/2012.

a) Após a comprovação indicada no subitem anterior, o Contratante poderá autorizar o resgate dos valores correspondentes à incidência previdenciária e FGTS, sobre os valores movimentados.

5.4.10 - O pedido da Contratada deverá conter, além dos documentos citados no art. 12 da Instrução Normativa nº 001/2016 do Conselho da Justiça Federal, planilha com os valores a serem resgatados ou movimentados da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - nas proporções que foram retidas para cada empregado durante a vigência do Contrato.

5.4.11 - O resgate dos recursos da conta-depósito vinculada - bloqueada para movimentação - previsto no subitem anterior dar-se-á somente após o pagamento das verbas trabalhistas e previdenciárias e mediante apresentação à unidade competente do Contratante, dos documentos comprobatórios de que a Contratada efetivamente pagou a cada empregado as rubricas indicadas no subitem 5.4.1.

5.4.12 - O Contratante expedirá autorização de que trata o subitem 5.4.9.1 após confirmado o pagamento das verbas trabalhistas retidas, e encaminhará a referida autorização à CEF no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de apresentação dos documentos comprobatórios pela Contratada.

5.4.13 - Todos os termos da Resolução nº 169, de 31/01/2013, do Conselho Nacional de Justiça, alterada pela Resolução nº 183/2013, de 24/10/2013, do mesmo Conselho, e da Instrução Normativa CJF-INN-2016/00001 deverão ser observados na execução contratual.

6 - CLÁUSULA SEXTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

6.1 - A despesa decorrente da contratação dos serviços, objeto deste Contrato, correrá à conta dos recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União, para o corrente exercício, conforme o adiante especificado:

Programa de Trabalho	Elemento de Despesa	PTR	Nota de Empenho
02.061.0569.4257.6013	33.90.37.01	107.765	

6.2 - Na parcela referente ao exercício de 2017, a despesa será incluída na proposta orçamentária para o citado exercício, condicionada à aprovação da mesma.

7 - CLÁUSULA SÉTIMA: DAS PENALIDADES:

7.1 - O não cumprimento pela Contratada de qualquer uma das obrigações estabelecidas por este Contrato, sujeitá-la-á às penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.



7.2 - As penalidades a que fica sujeita a Contratada, em caso de inadimplência, são as seguintes:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de 02 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade de licitar ou contratar com a Administração Pública.

7.3 - As multas serão aplicadas nos casos e formas abaixo discriminadas:

7.3.1 - A inexecução, total ou parcial, do Contrato acarretará, conforme o critério adotado em virtude do prejuízo causado à Administração, o pagamento das seguintes multas, alternativamente:

- a) Multa compensatória de até de 30% (*trinta por cento*) sobre o valor equivalente à obrigação inadimplida;
- b) Multa de 50% (*cinquenta por cento*) sobre o valor global do Contrato, no caso de inexecução total do mesmo;
- c) Multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor que seria pago à Contratada inadimplente.

7.4 - Os atrasos injustificados no cumprimento das obrigações assumidas pela Contratada sujeitá-la-ão ao pagamento de multa diária, até a data do efetivo adimplemento, de 0,3% (*três décimos por cento*), calculada à base de juros compostos, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

7.4.1 - A multa moratória estipulada acima fica limitada a 30% (*trinta por cento*) sobre o valor da obrigação inadimplida.

7.5 - Caso não sejam pagas no prazo estabelecido, as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 serão descontadas dos pagamentos ou da garantia do respectivo Contrato, ou, ainda, quando for o caso, cobradas judicialmente.

7.6 - Se as multas dispostas nos itens 7.3 e 7.4 forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá a Contratada pela diferença faltante.

7.7 - O período de atraso será contado em dias corridos.

7.8 - A aplicação das multas, ora previstas, não impede que a autoridade competente rescinda e/ou aplique outras penalidades previstas nos artigos 86 a 88 da Lei nº 8.666/93.

7.9 - Os procedimentos de aplicação e recolhimento das multas foram regulamentados pela IN-24-12/04-TRF-2ª RG, de 16/12/2004, atualizada em 08/06/2005.

7.10 - A aplicação das penalidades será precedida da concessão de oportunidade de ampla defesa à Contratada, na forma da lei.

7.11 - Sempre que não houver prejuízo para o Contratante, as penalidades impostas poderão ser relevadas ou transformadas em outras mais brandas, a critério da Administração.

7.12 - O Licitante que deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do Contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a União e, será



descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 05 (*cinco*) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no Contrato e das demais cominações legais.

7.12.1 - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13 - Na hipótese de a empresa adjudicatária recusar-se a assinar o termo de Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo de validade da proposta, quando convocada para tal, dentro do prazo de 05 (*cinco*) dias, sujeitar-se-á ao pagamento de multa de até 10% (*dez por cento*) sobre o valor da adjudicação, independentemente da multa correspondente à diferença entre o valor total porventura resultante de nova contratação e o valor total que seria pago ao adjudicatário.

8 - CLÁUSULA OITAVA: DA RESCISÃO:

8.1 - A inadimplência, parcial ou total, das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato, por parte da Contratada, assegurará ao Contratante o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação, através de ofício, entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, ficando a critério do Contratante declarar rescindido o Contrato, nos termos desta cláusula e/ou aplicar a multa prevista neste termo e na Lei nº 8.666/93.

8.2 - O presente Contrato poderá ainda ser rescindido por quaisquer dos motivos previstos no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

8.3 - A rescisão se dará de pleno direito, independentemente de aviso ou interpelação judicial ou extrajudicial, nos casos previstos nos incisos IX e X do referido art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9 - CLÁUSULA NONA: DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR:

9.1 - Os serviços contratados obedecerão ao estipulado neste Contrato, bem como às obrigações assumidas nos documentos a seguir indicados, os quais ficam fazendo parte integrante e complementar deste Contrato, independentemente de transcrição, no que não contrariem as estipulações aqui firmadas:

- a) Edital do Pregão Eletrônico nº 067/2016 e seus Anexos I, II, III, IV, V, VI e VII;
- b) Proposta datada de ____/____/____ apresentada pela Contratada, contendo prazo, preço, discriminação e especificação dos serviços, a serem executados, juntada às fls. ____/____ do Processo;
- c) ATESTADO DE VISITA TÉCNICA, se houver, fornecido pela Divisão de Produção Visual - DPROV, comprovando o conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto deste Contrato, juntado à fl. ____ do Processo.

9.2 - Na hipótese de divergência entre os documentos indicados nas letras "a" e "b", prevalecerá o disposto no documento indicado na letra "a".



10 - CLÁUSULA DÉCIMA: DA FISCALIZAÇÃO:

10.1 - O Contratante designará servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato, que exercerá, como representante da Administração, toda e qualquer ação de orientação geral, acompanhamento e fiscalização, e que, em caso de ausência, será substituído por seu suplente, também designado.

10.2 - Compete à Fiscalização, entre outras atribuições:

10.2.1 - Verificar a conformidade da execução contratual com as normas específicas e se os procedimentos empregados são adequados para garantir a qualidade desejada dos serviços;

10.2.2 - Ordenar à Contratada que corrija ou refaça as partes dos serviços executados com erros, imperfeições ou em desacordo com as especificações;

10.2.3 - Acompanhar e aprovar os serviços executados.

10.3 - Na hipótese de serem necessários serviços não previstos ou modificações, para mais ou para menos, nas especificações fornecidas pelo Contratante, a Contratada somente poderá fazê-lo mediante previa autorização da fiscalização.

10.4 - A ação da fiscalização não exonera a Contratada de suas responsabilidades contratuais e legais.

11 - CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DO PRAZO DE VIGÊNCIA:

11.1 - O prazo de vigência do presente Contrato é de 12 (*doze*) meses, contado a partir do 1º dia útil subsequente a data de sua assinatura, podendo ser prorrogado, na forma autorizada pelo art. 57, inciso II, da Lei nº 8.666/93.

11.2 - A prorrogação do Contrato será precedida de pesquisa para que sejam verificadas se as condições oferecidas pela Contratada continuam vantajosas o Contratante.

11.3 - A pelo menos 60 (*sessenta*) dias do término da vigência deste instrumento, o Contratante expedirá comunicado à Contratada para que se manifeste, dentro de 03 (*três*) dias contados do recebimento da consulta, sobre seu interesse na prorrogação do atual Contrato.

11.4 - Se positiva a resposta e vantajosa a prorrogação, o Contratante providenciará, no devido tempo, o respectivo termo aditivo.

11.5 - A resposta da Contratada terá caráter irrevogável, portanto ela não poderá, após se manifestar num ou noutro sentido, alegar arrependimento para reformular a sua decisão.

11.6 - Eventual desistência da Contratada após a assinatura do termo aditivo de prorrogação ou mesmo após sua expressa manifestação nesse sentido, merecerá do Contratante a devida aplicação de penalidade, nos termos da Cláusula Sétima do presente Contrato.

11.7 - Nas prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para renovação.

11.8 - Excepcionalmente, poder-se-á admitir a redução parcial dos custos não renováveis já pagos ou amortizados, desde que demonstrada a vantajosidade na manutenção do Contrato.



12 - CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DO TERMO DE QUITAÇÃO:

12.1 - Após o término deste Contrato, a Contratada fornecerá Termo de Quitação à Divisão de Contratos do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no prazo máximo de 15 (*quinze*) dias, em papel timbrado da Empresa, devidamente assinado por seu representante legal, carimbado e datado.

12.2 - Na hipótese de o Termo de Quitação não ser fornecido dentro do prazo fixado no item anterior, será considerada como plena, rasa e total a quitação em favor do Tribunal Regional Federal da 2ª Região dos débitos referentes à presente contratação.

13 - CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO:

13.1 - Em conformidade com os artigos 73 a 76 da Lei n.º 8.666/93, modificada pela Lei n.º 8.883/94, o objeto do presente Contrato será recebido, mediante Termo, assinado pelas partes, da seguinte forma:

13.1.1 – **Provisoriamente** – Imediatamente após a efetuada a apresentação do documento fiscal correspondente aos serviços prestados no último período de adimplemento contratual;

13.1.2 – **Definitivamente** – No prazo de 10 (*dez*) dias, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Provisório, salvo motivo justificado, depois de verificado e comprovado o adimplemento de todas as obrigações contratuais.

13.2 - Os Termos de Recebimento serão emitidos pelo setor responsável pelo acompanhamento e fiscalização do Contrato o qual confirmará a aceitação definitiva dos serviços, depois de comprovada a adequação do objeto aos termos do Contrato.

13.3 - Se, após o recebimento provisório, constatar-se que os serviços foram realizados de forma incompleta ou em desacordo com as especificações ou com a proposta, após a notificação da Contratada, será interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.

13.4 - O recebimento provisório ou definitivo não exclui a obrigação da Contratada em reparar, corrigir ou substituir às suas expensas, no total ou em parte, o objeto contratado em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

14 - CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DA GARANTIA CONTRATUAL:

14.1 - Para assegurar o fiel cumprimento das cláusulas e obrigações contratuais, a Contratada presta garantia contratual, de acordo com as modalidades elencadas no artigo 56, § 1º da Lei nº 8.666/93, no valor de R\$ _____ (*_____*), equivalente a 5% (*cinco por cento*) do valor global deste Contrato.

14.2 - A garantia de que cuida o item anterior deverá ser prestada no prazo máximo de 10 (*dez*) dias úteis, contados da assinatura do Contrato.

14.3 - A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia acarretará a aplicação de multa de 0,2% (*dois décimos por cento*) do valor do Contrato por dia de atraso, até o máximo de 5% (*cinco por cento*).



14.4 - O atraso superior a 25 (*vinete e cinco*) dias autoriza o Contratante a promover a retenção dos pagamentos devidos à Contratada, até o limite de 5% (*cinco por cento*) do valor anual do Contrato, a título de garantia.

14.5 - A Contratada, a qualquer tempo, poderá substituir a retenção efetuada com base no item anterior por quaisquer das modalidades de garantia, caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, seguro garantia ou fiança bancária.

14.6 - O valor da multa moratória decorrente do atraso na entrega da garantia poderá ser glosado de pagamentos devidos à Contratada.

14.7 - A Contratada se obriga a apresentar a garantia para o período integral da vigência contratual, e, no caso de prorrogação do Contrato, mantê-la **válida e atualizada**.

14.8 - A garantia prestada somente será liberada ou restituída após o término da vigência do Contrato.

14.9 - A perda da garantia em favor do Contratante, por inadimplemento das obrigações contratuais, far-se-á de pleno direito, independente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial das demais sanções previstas no Contrato.

14.10 - A garantia deverá ser integralizada sempre que dela forem deduzidos quaisquer valores e nos casos de prorrogação de prazo ou acréscimo de valores deverá ser atualizada na mesma proporção em conformidade com o art. 56, § 2º da Lei 8.666/93.

14.11 - A qualquer tempo, mediante celebração de Aditamento, poderá ser admitida a substituição da garantia, observadas as modalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

15 - CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS / FALHAS NA EXECUÇÃO CONTRATUAL:

15.1 - Para efeito de aplicação de multas às infrações ocorridas durante a execução contratual, são atribuídos graus, de acordo com as Tabelas 01 e 02, a seguir discriminadas:

Tabela 01	
GRAU	CORRESPONDÊNCIA
1	0,5% sobre o valor mensal do Contrato a cada 06 ocorrências
2	1,0% sobre o valor mensal do Contrato a cada 06 ocorrências
3	1,5% sobre o valor mensal do Contrato a cada 06 ocorrências
4	2,0% sobre o valor mensal do Contrato a cada 06 ocorrências
5	3,5% sobre o valor mensal do Contrato a cada 06 ocorrências

Tabela 02			
ITEM	INFRAÇÃO	UNIDADE	GRAU
1	Permitir situação que crie a possibilidade de causar dano físico ou lesão corporal	Por ocorrência	5
2	Suspender ou interromper, salvo motivo de força maior ou caso fortuito, os serviços contratuais	Por dia e por tarefa designada	5
3	Recusar-se a executar serviços constantes do termo contratual, sem motivo justificado	Por ocorrência	3



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO

Pregão Eletrônico nº 067/2016 – fundamentado na Lei nº 10.520/02 e no Decreto 5.450/05

Proc. TRF2-EOF-2016/00184

Tabela 02			
ITEM	INFRAÇÃO	UNIDADE	GRAU
4	Retirar do Contratante quaisquer equipamentos ou materiais de consumo, sem autorização prévia do mesmo	Por ocorrência	5
5	Destruir ou danificar equipamentos por culpa ou dolo de seus agentes	Por ocorrência	5
6	Fornecer informação falsa de serviço	Por ocorrência	3
7	Utilizar as dependências, insumos e maquinário do Contratante para fins diversos do objeto do Contrato	Por empregado e por dia	5
8	Deixar de fornecer uniformes e EPIS (Equipamentos de Proteção Individual) em quantidade suficiente	Por ocorrência e por dia	3
9	Deixar de fiscalizar seus profissionais, permitindo a presença de empregados com má apresentação (sem uniforme, com uniforme manchado ou sujo etc) e sem EPI (Equipamento de Proteção Individual)	Por ocorrência e por dia	3
10	Retirar empregados em serviço nas dependências do Contratante durante o expediente sem anuência prévia do mesmo	Por ocorrência e por dia	3
11	Deixar de enviar substituto qualificado temporária ou definitivamente, na ausência do titular, quando solicitado pelo Contratante, dentro dos prazos estipulados no Contrato	Por ocorrência e por dia	4
12	Deixar de efetuar o pagamento de salários, vales-transporte, vales-alimentação ou quaisquer outros benefícios, encargos fiscais e sociais, bem como arcar com quaisquer despesas diretas e/ou indiretas relacionadas à execução do Contrato e nas datas avençadas	Por ocorrência e por dia	5
13	Deixar de apresentar, quando solicitado, documentação fiscal, trabalhista e previdenciária	Por empregado e por dia	3
14	Deixar de entregar esclarecimentos e/ou documentos formais para sanar inconsistências ou dúvidas suscitadas durante a análise da documentação	Por ocorrência e por dia	2
15	Deixar de cumprir determinação formal ou instrução complementar do Contratante	Por ocorrência	2
16	Deixar de cumprir quaisquer cláusulas contratuais não previstos nesta tabela, após reincidência formalmente notificada pelo Contratante	Por item e por ocorrência	4

16 - CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: DAS CONSIDERAÇÕES FINAIS:

16.1 - O Contrato poderá ser aditado para adequação a posteriores regulamentações das Leis nº 9.069 de 29/06/95 e nº 10.192 de 14/02/2001.

16.2 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais os acréscimos ou supressões que se fizerem nos serviços, até o limite de 25% (*vinete e cinco por cento*) do valor inicial atualizado do Contrato, sem que isso implique em alterações dos preços cotados, de acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93.

16.3 - As supressões citadas no item anterior poderão exceder os limites ali estabelecidos, desde que resultante de acordo celebrado entre os contratantes, conforme disposto no art. 65, § 2º, inciso II da Lei nº 8.666/93, com redação dada pela Lei nº 9.648/98.

16.4 - Quando houver alteração social em sua estrutura e outros dados (endereço eletrônico e telefone), a Contratada deverá encaminhar à Divisão de Contratos, situada na Rua



Dom Gerardo, nº 46, 12º andar – Centro – Rio de Janeiro/RJ – CEP: 20090-030, no prazo máximo de 05 (*cinco*) dias úteis, documentação devidamente autenticada, comprovando o fato.

17 - CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO:

Em conformidade com o disposto no Parágrafo único do art. 61 da Lei nº 8.666/93, o presente instrumento de Contrato será publicado no Diário Oficial da União, na forma de extrato, por conta do Contratante.

18 - CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO:

Para dirimir questões oriundas do presente Contrato ou de sua execução, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, será competente o FORO DA JUSTIÇA FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.

E, por estarem assim ajustadas, assinam as partes o presente Contrato, em 03 (*três*) vias de igual teor.

Rio de Janeiro, de de 2.016.

MARIA LÚCIA PEDROSO DE LIMA RAPOSO
TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 2ª REGIÃO
Diretora Geral

RESPONSÁVEL
EMPRESA CONTRATADA
(cargo)

